

DECOLONIZAR O PRECARIADO EM MEIO À PANDEMIA: Covid-19 versus Ciências Humanas

DECOLONIZING THE PRECARIAT WITHIN THE PANDEMIC: Covid-19 versus Human Sciences,
DECOLONIZAR EL PRECARIADO EM MEDIO DE LA PANDEMIA: Covid-19 versus Ciencias Humanas

Marina Grilli

Mestre em Letras (USP). marina.grilli.s@gmail.com.



0000-0002-6324-7030

Correspondência: Universidade de São Paulo, Butantã, SP, Brasil.

Recebido em: 15.03.2020
Aceito em: 03.04.2020.
Publicado em: 01.05.2020.

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é defender a importância do pensamento decolonial para superar as atuais e futuras consequências da crise causada pela pandemia da doença Covid-19. Procura-se demonstrar a relação entre a ausência de reconhecimento das Ciências Humanas, sobretudo quando orientadas pelo pensamento decolonial, e a catástrofe que tem se abatido sobre o Brasil durante a pandemia atual. O referencial teórico que orienta o trabalho combina o viés histórico e o viés sociológico, complementados por notícias recentes sobre os desdobramentos da pandemia no Brasil. Argumenta-se que deixar de lado as Ciências Humanas para, supostamente, priorizar os investimentos nas Ciências Biológicas não passa de um engodo do Poder Público.

PALAVRAS-CHAVES: Covid-19; pensamento decolonial; Ciências Humanas; Educação.

Introdução

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do pensamento decolonial para superar as atuais e futuras consequências da crise causada pela pandemia da doença Covid-19 – pensamento esse que, naturalmente, só é possível a partir de uma compreensão das condições sócio-históricas que permeiam a realidade brasileira.

A primeira seção retoma a história da epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro durante o século XIX, conforme contada pelo historiador Sidney Chalhoub (2017), a fim de suscitar no leitor a percepção de algumas semelhanças entre as atitudes tomadas pelo Poder Público naquela época e nos dias de hoje.

A segunda seção compreende os movimentos coloniais de globalização a partir do estabelecimento da raça enquanto categoria. A terceira seção discute a situação dos

trabalhadores brasileiros em meio à pandemia, com foco na categoria denominada precariado. A quarta seção é uma tentativa de defender o pensamento decolonial enquanto possibilidade de libertação da banalização da vida.

Por fim, a seção fechando o círculo traz uma defesa da valorização das Ciências Humanas, única possibilidade de enfrentamento da lógica colonial que nos impede, a nós brasileiros, de enxergarmos o cerne de nossos próprios problemas.

Políticas para a epidemia no Brasil Império e na República contemporânea

O Rio de Janeiro enfrentou seu primeiro grande surto de febre amarela ao longo do ano de 1850. A doença chegara ao Brasil por via marítima, desde Nova Orleans, nos Estados Unidos, passando por Havana, capital de Cuba, até chegar ao porto de Salvador em setembro de 1849 (Chalhoub, 2017). Cerca de três meses depois, o governo admitiu a suspeita de que houvesse no país alguns casos de febre amarela, mal então muito presente no Caribe; logo, a Academia Imperial de Medicina apressou-se em divulgar que a doença era benigna. Quando da criação de uma Comissão responsável por averiguar as reais condições da febre, em janeiro de 1850, sua proliferação já estava fora de controle na cidade do Rio. Foi somente em fevereiro que tiveram início as medidas quarentenárias, portanto, quase cinco meses após a chegada da doença ao Brasil, e a curva de contágio começou a achatar-se em maio, tendo cessado o surgimento de novos casos somente em julho daquele ano (Chalhoub, 2017).

Na década de 1870, houve novos surtos de febre amarela no Rio de Janeiro. Combater a doença era uma parte fundamental do estímulo à imigração europeia para o Brasil, e esse fato foi transformado na justificativa perfeita para implementar políticas higienistas. Os cortiços que começavam a formar a chamada cidade negra da então capital do país, nos anos seguintes à abolição, representavam um grande incômodo para a classe média branca – tanto pelo simbolismo que carregavam, afinal, a população negra liberta permanecia por ali e não se permitia esquecer, quanto pelo fato de que os cortiços consistiam em grandes aglomerações de pessoas em espaços restritos, facilitando a transmissão de doenças.

Desse modo, Chalhoub (2017) mostra o quão rapidamente as classes pobres foram identificadas como “classes perigosas” na proliferação da febre amarela, enquanto, por outro lado, o combate a doenças cuja proporção de negros infectados era maior do que a de brancos recebia pouca atenção.

Tais políticas higienistas, que nada mais eram do que de tentativas pouco veladas de embranquecimento da população, culminaram na destruição do lendário cortiço

carioca Cabeça de Porco, na noite de 26 de janeiro de 1893. Após sua desocupação ser ordenada pelas autoridades, obviamente sem sucesso, o cortiço foi demolido durante a madrugada, para desespero dos moradores. O então prefeito Barata Ribeiro foi aclamado por “varrer do mapa aquela sujeira” (Chalhoub, 2017, p. 20), sob o pretexto de que seria construído um túnel no local – túnel esse que só ficou pronto em 1922, quando era prefeito Carlos Sampaio, o mesmo engenheiro que havia sido contratado em 1891 para realizar a obra.

Raça e colonialidade

Se, no final do século XIX, o racismo contra a população negra era abertamente institucionalizado, dado o caráter de novidade das primeiras políticas em favor de escravos africanos libertos, hoje existe uma série de órgãos governamentais e não-governamentais que se ocupam da promoção dos direitos da população negra brasileira. Um notório exemplo é a Fundação Cultural Palmares, “primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade **brasileira**”¹.

Por outro lado, o atual presidente da Fundação – criada não antes de agosto de 1988 –, Sérgio Nascimento de Camargo, relativiza o racismo, é contrário à celebração do Dia da Consciência Negra e não reconhece o próprio Zumbi dos Palmares, que empresta seu nome à Fundação, como líder negro. Camargo chegou a ficar dois meses afastado do cargo por decisão judicial (RODRIGUES, 2020), mas, ao retornar, em fevereiro deste ano, demitiu da Fundação “negros com reconhecida trajetória em políticas públicas em prol da cultura afro-brasileira” e chegou a afirmar que precisa “montar uma nova equipe de extrema direita” (BATISTA, 2020).

A reprodução do pensamento racista por um membro do governo Bolsonaro está longe de surpreender qualquer um de seus opositores ou partidários. Entretanto, esse mesmo pensamento vindo de um membro de uma das minorias socioeconômicas do Brasil reflete precisamente o quanto o projeto de racialização tem dado certo: enquanto um membro de um grupo oprimido não tem consciência de pertencer a esse grupo, nada pode fazer para transformar a situação em que se encontra.

Dentre as diversas maneiras de analisar tal fenômeno, optamos aqui pela perspectiva decolonial, cujas linhas gerais são apresentadas nos parágrafos a seguir.

¹ Trecho retirado do *website* oficial da Fundação Cultural Palmares. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em 27/05/2020.

Mignolo (2011) advoga pela opção decolonial enquanto oposição aos propósitos homogeneizantes da globalização, considerando a globalização como projeto de imposição do reconhecimento das conquistas ocidentais – isto é, europeias – que se desenvolveram sob a mentalidade renascentista.

Coatsworth (2004) distingue quatro grandes ciclos de globalização. O primeiro deles, entre 1492 e 1600, foi marcado pela conquista das sociedades americanas por Espanha e Portugal e pela criação de um sistema de comércio transatlântico. O segundo ciclo, iniciado no século XVII com uma segunda onda de colonização europeia, foi marcado pelas colônias de escravos no Novo Mundo, e teve seu fim marcado por conflitos como a Revolução Francesa nos primeiros anos do século XIX.

O terceiro ciclo de globalização compreende o aumento nos fluxos internacionais de comércio e tecnologia do século XIX e as migrações em massa para as Américas, estendendo-se até a Grande Depressão dos anos 1930. Por sua vez, o quarto ciclo teve início com a liberalização do comércio após a II Guerra Mundial, processo que só chegou, efetivamente, a muitos países da América Latina já na década de 1980 (Coatsworth, 2004).

Mignolo (2011, p. 3) resume esses movimentos de globalização como a “transformação de um mundo policêntrico e não-capitalista, antes de 1500, em uma ordem mundial monocêntrica e capitalista a partir de então”. Já Aníbal Quijano (2005, p. 107), investigando em maior profundidade as causas dessa transformação, afirma que a globalização “começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”, construído por meio do conceito de raça e, a partir dele, da divisão racial do trabalho.

Mignolo (2011, p. 5), portanto, observa que globalização tem dois lados, quais sejam, a narrativa da modernidade e a lógica colonial. Permanece oculto o preço cobrado pela tão festejada modernidade, com todas as brilhantes inovações que dela decorrem, que é a transformação da vida humana em mais uma mercadoria (Mignolo, 2011, p. 6). Marx e Engels já notavam esse fenômeno ao publicar o manifesto Comunista, em 1848, no qual reconhecem que, para a burguesia, o conceito de pátria é um disfarce para a subjugação ao capital, e as mulheres estão incluídas na categoria de mercadorias (Marx & Engels, 2010 [1848]).

A divisão hierárquica das vidas humanas a nível global foi mais uma das consequências da dominação europeia. Segundo Mignolo (2011, p. 8), a primeira distinção entre povos foi teológica: a teologia cristã distinguia cristãos, mouros e judeus com base no sangue. O período de expulsão e de conversão forçada dos judeus e

mouros da Península Ibérica ao cristianismo ocorreu em paralelo às Grandes Navegações, enquanto as distinções raciais mencionadas tomavam forma no Novo Mundo. Então, do século XVIII em diante, o sangue deu lugar à cor da pele enquanto marca distintiva de raça.

Quijano (2005, p. 107) admite que a ideia de raça pode ter surgido “como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos”. Logo, “tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes”, de modo a naturalizar relações de dominação entre europeus e não-europeus.

Foi assim que as novas identidades raciais foram atreladas a papéis distintos na hierarquia do trabalho, instituindo a até então inexistente “articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 107). Corrobora-se, desse modo, o entendimento de Marx e Engels de que o conceito de pátria não passa de uma ilusão para o proletário, pois sua identificação primeira é com o papel de subserviência ao mercado mundial que desempenha.

Em resumo, o pensamento decolonial é uma proposta de “superar a lógica colonial subjacente à retórica da modernidade” (Quijano, 2011, p. 10).

O precariado brasileiro contemporâneo

É supérfluo reforçar aqui a similaridade entre o tratamento conferido à febre amarela 170 anos atrás e o tratamento que recebe o Covid-19 desde sua chegada ao Brasil; a lentidão das medidas tomadas pelas autoridades, muitas delas contrárias às orientações – ou desorientações? – do próprio presidente eleito, surtiram efeitos que seus mais ferrenhos defensores não puderam ignorar.

Também nos dias de hoje, há vidas que valem menos do que outras aos olhos do Poder Público: se as vidas negras pouco ou nada importavam quando da demolição do Cabeça de Porco, hoje as vidas pobres permanecem em risco de contágio com Covid-19 incomparavelmente maior do que as vidas de classe média e alta, conforme reportagem que comenta dados do boletim epidemiológico da Prefeitura de São Paulo do dia 30 de abril de 2020 (AGÊNCIA ESTADO, 2020). Isso vale tanto para os grandes centros urbanos, com suas regiões periféricas abarrotadas de famílias inteiras dividindo um único cômodo, quanto para as regiões isoladas, no Norte e Nordeste, de difícil acesso a grandes centros urbanos, nos quais se concentram os pouquíssimos leitos de hospitais.

Na pandemia atual, também percebemos muita relutância das autoridades em fazer um “investimento enorme desnecessário” em ventiladores mecânicos para salvar vidas² ou em adotar medidas de isolamento social que, supostamente, seriam a real causa de prejuízos econômicos no curto e médio prazo. Portanto, têm menor valor as vidas dos trabalhadores informais que não podem ficar em casa, sem renda, enquanto aguardam o lento desenrolar do processo de solicitação do auxílio emergencial, cujo valor corresponde a menos de 60% do já insuficiente salário mínimo (BRASIL, 2020).

Essa categoria de trabalhadores é chamada precariado. Segundo Braga (2017), o precariado no Brasil teve início com o desenvolvimento de políticas neoliberais, sobretudo desde os anos 1990, que levaram ao aumento do desemprego, do subemprego e da informalidade. Consolidou-se, porém, com os governos Lula e Dilma, durante os quais a rápida (re)absorção de trabalhadores pelo mercado acabou por posicioná-los na base da pirâmide, sobretudo no setor de serviços. Assim, houve aumento nas terceirizações e a precarização derivada da baixa remuneração. A associação da situação trabalhista à flagrante financeirização do dinheiro, por meio de elevadas taxas de juros e da mercantilização das terras urbanas e rurais, também exerceu grande influência sobre a reconfiguração da classe trabalhadora (Braga, 2017).

De acordo com Antunes (2018), se o século XX foi caracterizado pelo automóvel, o que caracteriza o século XXI é a digitalização. Porém, o trabalho digital não veio para abolir a Teoria do Valor³, ao contrário do que previam sociólogos como Habermas algumas décadas atrás: ela foi ampliada, assim como a quantidade de trabalhadores proletarizados e as categorias às quais pertencem. Hoje, profissionais graduados em áreas tradicionais como Medicina e Direito também se veem obrigados a acumular empregos precários para sobreviver.

Nesse sentido, Byung-Chul Han (2017, p. 23, citado por Rocha, 2019, p. 8) aponta para a substituição da obediência, característica da antiga classe trabalhadora fordista, pela autoexploração. A classe trabalhadora transita, assim, “de uma negatividade imposta pela proibição para a positividade da promessa de um poder ilimitado, viabilizado pelas ideias de iniciativa, autonomia e motivação”. Tal ilusão de liberdade esconde uma constante sensação de impotência, que rapidamente se transforma em violência diante das humilhações cotidianas do trabalhador precarizado.

² Fala do então Ministro da Saúde, Nelson Teich, em 7 de abril de 2020, em entrevista ao canal do YouTube Oncologia Brasil. Disponível em <<https://youtu.be/lcWzdGgGLD4>>. Acesso em 20/05/2020.

³ A Teoria do Valor, fortemente associada a Adam Smith e a Karl Marx, postula que o valor econômico de uma mercadoria é definido pelo trabalho socialmente necessário para criá-la.

A fim de combater esses desdobramentos da precarização do trabalho, Morozov (2018, citado por Rocha, 2019, p. 10) propõe uma crítica emancipatória da tecnologia: compreender o papel das tecnologias digitais “na arquitetura fluida, e em constante evolução, do capitalismo global contemporâneo”, é o primeiro passo para compreender como elas nos dominam por meio da lógica da exploração.

Naturalmente, o desafio de fazer essa crítica é maior durante a pandemia, pois as medidas de isolamento social nos impelem tanto a um maior contato com mídias digitais quanto à maior necessidade de garantir a própria sobrevivência por meio do trabalho. Na busca pelo equilíbrio, entram em cena, novamente, as Ciências Humanas.

Pensamento decolonial na pandemia

A história das políticas higienistas durante a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, durante o século XIX, mostra, em última análise, que direcionar os investimentos em pesquisa unicamente às Ciências Biológicas incorre em efeitos desastrosos para as questões humanas. O paradeiro dos ex-moradores do Cabeça de Porco, por exemplo, não chegou a ser conhecido. Por sua vez, os procedimentos adotados para erradicar a febre amarela ao final do século XIX, bem como a varíola e a peste bubônica, levaram à Revolta da Vacina, em 1904, deflagrada pela instituição da obrigatoriedade de vacinar-se. Esses procedimentos incluíram a emissão de intimações a proprietários de imóveis para que executassem reformas e visitas domiciliares de agentes de saúde, em companhia de soldados da polícia, de modo que os moradores não pudessem opor resistência à vacinação. A Revolta culminou em dezenas de mortes e centenas de prisões (Chalhoub, 2017).

O fato de tais desaparecimentos, prisões e óbitos parecerem danos colaterais diante de um bem maior, qual seja, a erradicação de doenças pandêmicas, demonstra justamente a banalização da vida humana conforme apontada por Mignolo (2011). De acordo com Bauman (2013, p. 115, citado por Rocha, 2019, p. 16, grifo no original), as colunas em marcha da sociedade disciplinar deram lugar aos enxames, autorregulados, “sem que qualquer de suas entidades tenha a mais vaga ideia do que significa o bem comum”. Está claro que se sobrepõem, de um lado, as imagens da classe trabalhadora fordista e de colunas em marcha, e, de outro lado, o frenético enxame e busca incessante por melhora no desempenho do precariado.

De uma forma ou de outra, mantêm-se as profundas desigualdades socioeconômicas. Desigualdades essas que, em países que passaram por longos

processos de colonização, como o Brasil, guardam relação direta com o pensamento colonial.

Nesse paradigma, o pensamento decolonial representa uma conscientização que vai além da tomada de consciência de classe. Consciência de classe é a percepção de que se faz parte da classe trabalhadora e não da elite, fato que não se altera com o exercício do trabalho intelectual ou com uma remuneração pelo próprio trabalho que esteja acima da média salarial. O pensamento decolonial, por sua vez, representa um passo além na tomada de consciência dentro das categorias preestabelecidas pela modernidade.

O pensamento decolonial é capaz de abolir a pretensa superioridade europeia dada como norma: trata-se de um processo de desvinculação de “todo poder não constituído por meio da decisão livre de pessoas livres”, pois a instrumentalização da razão pelo poder colonial produziu paradigmas distorcidos de conhecimento (Quijano, 1992, p. 447).

A respeito, Quijano (2005, p. 118) reflete:

daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Em suma, assumir o pensamento decolonial é transcender o paradigma eurocentrado, pautado na modernidade que define o valor de vidas humanas conforme a lógica do capital – e dentro da qual as vidas brasileiras não estão entre as mais “valiosas”. Assumir o pensamento decolonial é decidir não normalizar a banalização da vida.

Fechando o círculo

As hierarquias do modelo de conhecimento vertical, hegemônico, imposto pela colonização europeia, exerceram e exercem efeitos prejudiciais na estruturação das sociedades colonizadas, nas quais o desenvolvimento humano nunca foi uma prioridade: em muitos países explorados nos quais a população alcançou melhores padrões de vida, isso aconteceu às custas do sofrimento daquela geração que viveu o ciclo de globalização (Coatsworth, 2004, p. 39).

Não é difícil relacionar os efeitos da lógica imposta pelo colonizador com as devastadoras consequências da epidemia de Covid-19 que começam a aparecer no Brasil. Essa relação se estabelece a partir de dois fatores.

Por um lado, o encantamento produzido pela imposição da realidade do colonizador como modelo a ser reproduzido levou-nos a fechar os olhos para as razões das diferenças entre aquela realidade e a nossa, isto é, para o próprio fato da colonização. A mentalidade da individualização, na qual meros membros de um enxame autorregulado não chegam a constituir uma comunidade, seduziu os grupos colonizados a dissociarem as consequências provocadas por critérios definidos pelo colonizador, como a questão racial, e a posição que ocupam na pirâmide social. Essa dissociação é explicitada em movimentos como a nomeação de um presidente que reforça o racismo para a Fundação Palmares, citando apenas um exemplo. A lógica é rechaçar por completo o conhecimento histórico e sociológico acumulado pela humanidade, como se essas áreas tivessem menos valor do que outras.

Por outro lado, não temos uma noção confiável da real quantidade de casos confirmados e de óbitos por Covid-19 no Brasil: uma parcela irrisória da população tem sido testada, os resultados chegam a demorar semanas, e o aumento na média de sepultamentos diários é assustadoramente maior do que os óbitos notificados oficialmente como causados pela doença. Além disso, conforme mencionado anteriormente, houve declarações de autoridades sobre não comprometer dinheiro de forma “desnecessária” com ventiladores mecânicos destinados a salvar vidas que agonizam sem poder respirar nos leitos de hospitais; houve diversas tentativas de impor a prescrição de um remédio de eficácia não comprovada e efeitos colaterais graves para tratar o Covid-19, incluindo uma tentativa de alteração da bula por meio de decreto (ISTOÉ, 2020); houve ministros da Saúde abandonando o cargo para não se comprometer com posições ideológicas do governo que carecem de base científica.

Ora, está claro que não se trata de priorizar investimentos nas Biológicas, realocando recursos destinados à educação e pesquisa nas demais áreas do conhecimento. O interesse continua sendo, muito pelo contrário, a inviabilização do desenvolvimento científico no país, provado em sucessivos movimentos de corte de bolsas de pós-graduação desde o governo Temer.

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que estamos sofrendo as consequências do descaso crônico às Ciências Humanas, também não estamos realmente investindo nas Biológicas. O governo – chamado por muitos de desgoverno, tamanha sua incapacidade de garantir à população seus direitos mais básicos – vê na pandemia uma

oportunidade de manobra: de um lado, convence a população de que é mais importante investir nas Biológicas do que em outras ciências, e, de outro lado, joga mais uma pá de cal sobre as humanidades. Prova disso é o não oferecimento de bolsas de iniciação científica do CNPq para estudantes das Ciências Humanas e Sociais entre agosto de 2020 e julho de 2021, conforme apurado em reportagem do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES, 2020).

A cereja do bolo fica por conta da precarização da educação escolar em tempos de isolamento. Ela representa mais um passo no processo de individualização que transforma o aluno em responsável pela própria educação. Mais afetado é o aluno de baixa renda, sem acesso a computador e boa conexão de internet, mas também aquele que dispõe dessas facilidades, pois o convívio social democrático, que possibilita uma educação transformadora, já não está presente, restando o mero ensino instrumental disfarçado de “educação”.

Antunes (2018) aponta que o precariado se prolifera por novos estratos sociais. Se no passado, essa classe era predominantemente não qualificada, com as terceirizações de um lado e a popularização das mídias de outro lado, o precariado passou a abranger profissionais que exercem trabalho intelectual. Assim, essa classe se estende, hoje, ao setor das mídias digitais, isto é, engloba uma população cada vez mais jovem.

Portanto, a partir dos argumentos apresentados neste artigo, é possível afirmar que, se o fato de tornar-se quase que inteiramente responsável pela própria segurança, transporte até o local de trabalho, alimentação durante o expediente e aposentadoria constitui a categoria do precariado, o mesmo critério deve valer para aqueles que se tornam responsáveis pela própria educação, transporte até a instituição escolar, alimentação no período de aulas e perspectivas de futuro após o término dos estudos. Assim, as crianças em idade escolar constituem uma nova categoria de precariado. Integram-se ao enxame em que cada indivíduo é responsável por si, enquanto o ministro da Educação faz a seguinte afirmação, em vídeo veiculado em rede nacional:

Eu sei que o coronavírus atrapalha um pouco, mas atrapalha todo mundo. Como é uma competição, está justo. Continue estudando, continue se preparando, e se Deus quiser, o ano que vem a gente se vê numa universidade federal.⁴

⁴ *Ministro Abraham Weintraub confirma realização do Enem 2020.* Available under <https://www.youtube.com/watch?v=9711Vur1_o0>. Accessed on 22/5/2020.

Afirmamos anteriormente que um membro de um grupo oprimido nada pode fazer para modificar sua situação, enquanto não adquire a consciência de pertencer a um grupo oprimido. Nota-se que é de interesse do Poder Público que esses grupos permaneçam na ignorância, e são claras as estratégias adotadas para atingir esse fim – e é precisamente por essa razão que o termo desgoverno não se aplica, pois existe um projeto claro em curso. Retomar a devida valorização do conhecimento humano acumulado pelas Ciências Humanas é a única via de libertação do precariado colonizado no Brasil, que segue em enxame rumo a condições de vida cada vez mais mercantilizadas, isto é, cada vez mais distante de “se ver numa universidade federal” – sobretudo a depender da vontade de um Deus eurocêntrico e que nega a Ciência.

Referências

- AGÊNCIA ESTADO. Risco de morte de negros por covid-19 é 62% maior do que em brancos. R7, 05/05/2020. Disponível em <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-do-que-em-brancos-05052020>>. Acesso em 25/05/2020.
- ANDES. CNPq não destinará bolsas de iniciação científica para Ciências Humanas e Sociais até meados de 2021. ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), 04/05/2020. Disponível em <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cNPq-nao-destinara-bolsas-de-iniciacao-cientifica-para-ciencias-humanas-e-sociais-ate-meados-de-2021>>. Acesso em 25/05/2020.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BATISTA, Vera. Presidente da Fundação Palmares demite funcionários negros por telefone. Estado de Minas (online), 26/02/2020. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/02/26/interna_politica,1124519/presidente-da-fundacao-palmares-demite-funcionarios-negros-telefone.shtml>. Acesso em 20/05/2020.
- BAUMAN, Zigmunt. Vigilância Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRAGA, Ruy. Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>>. Acesso em 26/05/2020.
- BYUNG-CHUL HAN. Sociedade do Cansaço. Petrópolis: Vozes, 2017.

- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. (2ª Ed). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- COATSWORTH, John H. Globalization, Growth, and Welfare in History. In: Suárez-Orozco, M. M., & Qin-Hilliard, D. B. (Orgs.). Globalization: Culture and Education in the New Millenium. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2004, p. 38-55.
- ISTOÉ. Bolsonaro tentou alterar bula da cloroquina por decreto, diz Mandetta. Redação da Istoé, 21 de maio de 2020. Disponível em <<https://istoe.com.br/bolsonaro-tentou-alterar-bula-da-cloroquina-por-decreto-diz-mandetta/>>. Acesso em 26/05/2020.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução do Manifesto de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MIGNOLO, Walter. The Darker Side of Western Modernity. Durham/Londres: Duke University Press, 2011.
- MOROZOV, Evygeni. *Big Tech*: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: UBU, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur-Sur, p. 107-130). Buenos Aires, Argentina: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2005. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em 20/05/2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/razionalidad. In: Bonilla, H. (Org.). Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992, p. 447.
- ROCHA, Claudia Hilsdorf. Educação linguística na liquidez da sociedade do cansaço: o potencial decolonial da perspectiva translíngue. D.E.L.T.A., 35, 4, 2019, p. 1-39.
- RODRIGUES, M. F. Com futuro incerto, Sérgio Camargo volta à Fundação Palmares e quer equipe alinhada a seus ideais. Estadão, 27/02/2020. Disponível em <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,com-futuro-incerto-sergio-camargo-volta-a-fundacao-palmares-e-quer-equipe-alinhada-a-seus-ideais,70003211896>>. Acesso em 20/05/2020.

ABSTRACT:

This work aims at defending the relevance of decolonial thinking towards overcoming the current and future consequences of the crisis caused by the Covid-19 pandemic. It is an

attempt to demonstrate the relation between the lack of acknowledgement of the Human Sciences, especially concerning decolonial thinking purposes, and the catastrophe that falls on Brazil during the current pandemic.

The underlying theoretical framework combines historical and sociological guidelines, complemented by recent news on the pandemic's progression in Brazil. It is argued that leaving Human Sciences behind in order to allegedly prioritize investments in Biological Sciences is nothing more than a trap by the public authorities.

KEYWORDS: Covid-19; decolonial thinking; Human Sciences; Education.

que se ha producido en Brasil durante la pandemia actual. El marco teórico que guía el trabajo combina la perspectiva histórica y la sociológica, complementado por recientes noticias sobre los desarrollos de la pandemia en Brasil. Se argumenta que dejar de lado a las Humanidades para supuestamente priorizar las inversiones en las ciencias biológicas no es más que una trampa del gobierno.

PALABRAS-CLAVES: Covid-19; pensamiento decolonial; Ciencias Humanas; Educación.

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo es defender la importancia del pensamiento decolonial para superar las consecuencias actuales y futuras de la crisis causada por la pandemia de Covid-19. Buscamos demostrar la relación entre la falta de reconocimiento en las Humanidades, especialmente cuando se guía por el pensamiento decolonial, y la catástrofe